

UM OLHAR SOBRE A LEI FEDERAL 11.645/2008: ANTECEDENTES, CONCEPÇÕES E EVOLUÇÃO

BEATRIZ MARTINS DOS SANTOS PRADO*

RACHEL DA COSTA PEDRO**

MARINEIDE DE OLIVEIRA GOMES***

RESUMO

A pesquisa, que resultou de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Pedagogia (2017) - de base qualitativa - visou compreender a evolução da Lei Federal nº 11.645/2008, que trata da diversidade étnico-racial e indígena e buscou identificar os antecedentes e o contexto político de sua produção pela análise dos documentos orientadores para o trabalho com tais temas em escolas de educação básica brasileiras - no sentido de entender as concepções que apoiam a citada lei. Com pesquisa bibliográfica e análise documental, buscou-se compreender o contexto histórico e a estrutura de doze documentos norteadores do Ministério da Educação (MEC) para o trabalho com a diversidade étnico-racial e indígena na educação básica como um processo que contribui para o conhecimento das raízes culturais brasileiras e as possibilidades de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE

Lei Federal nº 11.645/2008; Diversidade Étnico-Racial; História e Cultura Indígena e Afro-brasileira.

* Pedagoga formada pela Unisantos (2017); professora de educação infantil; membro do Observatório de Profissionais da Educação-Pesquisa-Formação.

** Assistente Social e Pedagoga formada pela Unisantos (2017); assistente social de programas habitacionais na região da Baixada Santista; membro do Observatório de Profissionais da Educação-Pesquisa-Formação.

*** Pedagoga, mestre e doutora em Educação (FE-USP), com Pós-Doutoramento na área (Universidade Católica Portuguesa/Lisboa); professora da Unisantos do Programa de Educação-Pesquisa-Formação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve a intenção de compreender os antecedentes, o contexto e a evolução da Lei Federal nº 11.645/2008 que trata do tema da diversidade étnico racial em escolas de educação básica no Brasil, elucidando as concepções que apoiam o desenvolvimento do tema.

As perguntas norteadoras da pesquisa foram: Quais seriam os antecedentes, o contexto político e as concepções que apoiam a referida Lei Federal? Qual a evolução da referida Lei? Como se estruturam os documentos orientadores para a sua implementação nas escolas de educação básica?

Para responder a essas perguntas de pesquisa, realizamos pesquisa bibliográfica, na intenção de evidenciar por meio de conceitos teóricos e a legislação da área, a importância do trabalho com o tema da diversidade étnico-racial e indígena na educação básica.

Os procedimentos de pesquisa abrangeram recursos e fundamentação teórica que sustentam a escolha da temática. O processo de investigação realizou-se a partir de análise documental de material produzido pelo Ministério da Educação para esse tema (Leis, Pareceres e documentos orientadores do Ministério da Educação), em diálogo com autores e conceitos na área.

O contexto histórico-político da diversidade étnico-racial no Brasil

Dois grupos étnico-raciais sofreram forte exclusão social no Brasil: os negros e os índios - daí a importância das identidades negra e indígena no Brasil e a sua contribuição para a formação da cultura brasileira. Para esta compreensão faz-se necessário uma análise (mesmo que breve) desde a colonização até os dias atuais.

O Brasil é um país que pode ser definido como um ambiente de encontro de diversas culturas, caracterizado pelas grandes riquezas naturais e culturais. Munanga e Gomes (2006, p.11) afirmam que “aprender a conhecer sobre o Brasil e sobre o povo brasileiro é aprender a conhecer a história e a cultura de vários povos (...)”.

No processo histórico relatado no presente trabalho conclui-se que o fato de ser negro ou indígena no Brasil é algo complexo. Afirma-se a neutralidade, mas o que se vê - no dia-a-dia são pretextos e prerrogativas acerca da aceitação do negro, (ou até tolerância) do indígena e de seus valores. Na prática, as ações que envolvem esse tema, em sua maioria, se reduzem a atos folclóricos relativo às lembranças das tradições africanas, principalmente aquelas voltadas às músicas, às danças e à religiosidade. Temos, assim, certa visão unilateral de um imenso continente e o que vemos em nossas escolas - de maneira geral - é um conceito estereotipado das origens africanas.

Sendo assim, concordamos com Nascimento, quando afirma sobre “a carga negativa que esse continente possui no imaginário social brasileiro subsidia e fundamenta os estereótipos racistas diariamente veiculados sobre afrodescendentes no Brasil”. (NASCIMENTO, 2001)

Com a intenção de reparar - no sentido de auto-afirmar - os danos causados à população afrodescendente e indígena, surge no Brasil - em meados da década de 1990 - o conceito de ‘ação afirmativa’, por meio de um movimento de reparação histórica, impulsionado por movimentos sociais da área que em um período marcado por estudos, pesquisas, transformados em Políticas Públicas que abordam ações que se fazem fundamentais para a equiparação da qualidade de vida, acesso a bens e serviços para a população em geral e em especial, para a população negra e indígena no país.

Direcionadas para combater a desigualdade racial, na tentativa de afirmar as diferenças dessa população, se constata a desigualdade e as condições de desvantagens impostas aos negros e indígenas historicamente, com o objetivo de promover a democratização e de combater a discriminação na sociedade em geral.

As ações afirmativas foram conquistadas pelo movimento negro e indígena, após muitos anos de luta, abordando temas como: a construção de identidade, a quebra de estereótipos, entre outros.

No caso das políticas de ações afirmativas em favor dos afrodescendentes estas começaram a surgir no Brasil, no âmbito das políticas públicas, a partir de 2001, após a Conferência Mundial Contra ao Racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância, realizada em Durban (África do Sul) quando se consolidou na agenda política, por pressão do movimento negro o tema das ações afirmativas como políticas de promoção da igualdade racial e de justiça social.

Após a realização da citada Conferência e a ascensão de um governo com olhar direcionado para a produção de políticas sociais - enfrentando as desigualdades sociais - os movimentos da área, a sociedade civil e o governo federal iniciam um trabalho voltado para promover a diversidade nas escolas de educação básica, por meio da Lei Federal nº 10.639/2003, uma das primeiras conquistas que viria contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, valorizando as raízes históricas do nosso país.

Uma medida de intervenção que ajuda a concretizar as políticas de ações afirmativas são as cotas, que conforme a Lei nº 12.990, de junho de 2014, dispõe sobre orientações para a reserva de 20% das vagas de concursos públicos para os sujeitos autodeclarados negros. Essa ação busca a equidade na sociedade, isto é, nivelar por meio de recursos toda a sociedade. Posteriormente, o Ministério da Educação expandiu a política de cotas para ingresso de estudantes nas universidades públicas federais, sendo seguido por algumas universidades públicas estaduais (Exemplo: Unicamp/SP).

Leis e normas federais a favor da diversidade étnico-racial e indígena: o legal e o real

A inserção e a valorização da educação afro-brasileira e indígena são uma conquista dos movimentos sociais, das lutas da população negra e indígena, também de pesquisadores e de cidadãos interessados em uma convivência democrática e plural, a fim de resistir ao processo de desfavorecimento e de embranquecimento da população e das relações sociais, em geral.

Vale citar alguns dados que exemplificam a desigualdade social com relação aos povos negros no Brasil, conforme destaca Domingues (2005, pg.165):

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros. De 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% são negros (*idem*). Na área da Educação, a situação do negro não é menos calamitosa. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais (*idem*). Segundo estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999, a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre negros. Os jovens brancos, aos 25 anos, têm, em média, 8,4 anos de estudos, quando negros da mesma idade têm a média de 6,1 anos. No Itamaraty, existem apenas dez negros entre mil diplomatas. No Congresso Nacional, não passam de 3%. Juizes, médicos, oficiais, engenheiros, professores universitários negros somam um contingente ínfimo, parecem mais personagens de ficção no Brasil. Em cem anos de vida universitária, não chega a 1% o número de professores negros.

No caso da educação em nível superior, tal situação tem sofrido transformação exponencial, consequência das Políticas de Ações Afirmativas do governo federal, conforme ressaltam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015: “Em 2004, 16,7% dos alunos pretos ou pardos estavam em uma Faculdade, em 2014, esse percentual saltou para 45,5%. No caso dos estudantes brancos, em 2004, 47,2% frequentava o ensino superior; dez anos depois, essa parcela passou para 71,4%.” (VALOR ECONÔMICO, 2015).

Na direção ainda de afirmação de políticas sociais, de democratização do acesso à universidade por parte de estudantes brasileiros e de países lusófonos, além da produção de ensino, pesquisa e extensão voltados à construção de outra forma de relações socioculturais e de ampliação das fronteiras que unem os países afro-descendentes, o governo federal criou e implantou a primeira universidade dirigida ao intercâmbio internacional, social e cultural de países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se da Universidade Federal de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) - nas cidades de Redenção (no Ceará, em 2010) e em São Francisco do Conde (na Bahia, em 2014), hoje totalizando quatro *campi* - inspiradas em valores universais, de paz social e de direitos humanos, com cursos de interesse mútuo do Brasil e demais países de característica afro-descendente (em especial as ex-colônias portuguesas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste e Macau), enfatizando temas que envolvem a formação de professores, o desenvolvimento agrário, processos de gestão e de saúde pública (UNILAB, 2018).

No caso das educação escolar indígena trata-se de uma condição histórica de assujeitamento à cultura do povo branco, desde o processo de colonização brasileira, que desconsiderou as culturas e os princípios tradicionais e línguas indígenas, contribuindo para a extinção de muitas formas de comunicação nativas. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) reconheceu a necessidade de promover mudanças históricas para os povos indígenas por meio da Educação, considerando-os sujeitos de direitos, com uma Educação pautada no respeito aos conhecimentos, tradições e costumes de cada comunidade por meio do fortalecimento das identidades étnicas, de modo que tais comunidades possam ser ouvidas para definir qual tipo de escola lhes interessa, entendida como instrumento de processos autônomos e de relações sociais com populações não indígenas. Reconheceu-se assim a multietnicidade e a pluralidade como conceitos basilares para a educação escolar dessas populações e que, segundo considera o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI): “sua variedade e sua originalidade são um patrimônio importante não apenas para eles próprios e para o Brasil, mas, de fato, para toda a humanidade” (BRASIL, 2005).

Considerando as características da sociedade brasileira e tendo em vista que o objetivo das ações afirmativas é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados e promover a igualdade entre os diferentes, as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 pretenderam abalar pilares da construção de estereótipos racistas por meio da discriminação positiva de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena.

A Lei Federal nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Após cinco anos de implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, foi dada a nova redação de alteração da mesma pela Lei Federal nº 11.645/2008, que expandiu para a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Análise dos documentos orientadores do MEC para o ensino da diversidade étnico-racial

Após as homologações das Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, o Ministério da Educação gradativamente elaborou e disponibilizou documentos norteadores contemplando as exigências educacionais das referidas leis. Muitas editoras (da iniciativa privada) também a partir das leis e resoluções educacionais, produziram materiais para uso de professores e alunos na escola básica.

Vale lembrar que o próprio governo federal coordena suas produções de materiais didáticos por meio da Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), posteriormente transformada durante a ditadura civil-militar, em Fundação Nacional de Material Escolar (FENAMÉ). Ambas instituições tinham como objetivo produzir materiais didáticos para atender as necessidades das escolas de educação básica.

Focamos nos documentos que tratam da diversidade, da cultura afro-brasileira e indígena, publicados entre os anos de 2003 a 2012, entre as alterações das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, conforme apresentado a seguir:

CULTURA AFRO-BRASILEIRA	CULTURA INDÍGENA
Diversidade na educação: reflexões e experiências	O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje
Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	A presença indígena na formação do Brasil
Superando o racismo na escola	Povos indígenas e a lei dos “brancos”: o direito à diferença
Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais	Manual de linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem
Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres	Formação de professores indígenas: repensando trajetórias
Gibis Quilombos	Diretrizes curriculares nacionais para educação escolar indígena

Os documentos acima citados, foram analisados tendo como objetivo evidenciar o conteúdo e contexto de suas produções para a formação de professores, disponibilizados pelo Ministério da Educação, Para essa finalidade utilizamos a análise documental.

A análise documental é uma metodologia de pesquisa que consiste em coletar dados dos documentos, a fim de compreender acontecimentos, comportamentos e ideias que o autor

do documento apresenta. Os documentos a serem analisados são a fonte do pesquisador para responder as questões levantadas, é o que relaciona a teoria com a realidade social. Portanto, é preciso um aprofundamento na interpretação dos documentos analisados e o que o autor tinha por objetivo ao elaborá-lo.

A operacionalização da análise documental é realizada por cinco etapas, de acordo com Cellard (2010, p. 295-315), afirmando que a primeira etapa se constitui na análise preliminar, com o propósito de promover um exame e crítica ao documento, seguindo da análise do contexto social global que está inserido o autor, compreendendo se esse indivíduo fala em nome de um grupo social ou em seu próprio nome.

É necessário que se entenda o interesse, a autenticidade e a confiabilidade do texto, assegurando a qualidade das informações transmitidas, considerando a natureza do texto antes de tirar as conclusões. São estratégias deste instrumento de pesquisa prestar atenção aos conceitos-chave presentes no texto, suas importâncias e sentidos, finalizando com a análise que reúne todos os elementos citados acima e tendo como diretriz o questionamento inicial. Vale ressaltar a importância das descobertas realizadas pelo processo de análise, para que a pesquisa seja realizada com qualidade e validade.

A partir destes fundamentos, elaboramos o roteiro de pesquisa para análise documental que teve por objetivo pontuar os elementos essenciais que compõem os documentos norteadores apresentados para se trabalhar com a diversidade étnico-racial e indígena em escolas de educação básica, previstos na Lei Federal nº 11.645/2008.

Elaboramos um roteiro de análise (ANEXO 1) para os documentos analisados, com base nos temas-chave desta pesquisa:

- Identificação, contexto político e social de produção do documento.
- Concepção educacional.
- Forma de proposição de trabalho com a diversidade étnico-racial e indígena.
- Considerações gerais sobre o documento.

A partir desse roteiro de análise, desenvolvemos a coleta de dados nos doze documentos citados para cultura afro-brasileira e indígena, pontuando o contexto histórico e político da constituição desses documentos, as concepções de educação neles apresentadas, sua estrutura e organização.

Esse processo de levantamento de dados e contexto histórico nos auxiliou para um maior entendimento acerca dos preconceitos enraizados na sociedade, os problemas sociais causados por essas mazelas e quais as saídas para educar os alunos para uma sociedade que respeite as diversidades.

Nos quadros abaixo, organizamos de forma sintetizada os principais achados encontrados nos doze documentos pesquisados. Nosso intuito é que essas sistematizações de informações levantadas possam ser utilizadas para a formação de professores nos cursos de Licenciatura e de Formação Contínua, para que os mesmos alcancem seu propósito: educar para diversidade. A seguir, apresentamos o mapeamento dos documentos analisados:

I – Sobre a identificação e o contexto político e social de produção dos documentos

Quadro I – Principais achados referentes ao item “I - Identificação, contexto político e social de produção do documento” Roteiro de análise documental.

DOCUMENTOS	Autores, contexto e autenticidade do texto.	Contexto Político e Social de Produção do Documento	Observações item I
Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências	Pesquisa de militantes de movimentos sociais.	Governo comprometido com as políticas sociais.	Elaboração coletiva do documento.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Ministério da Educação e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	A partir da Lei Federal nº 10.639/2003, para orientação no ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.	Participação do Movimento Negro, a fim de quebrar estereótipos produzidos ao longo dos anos.
Superando o Racismo na Escola	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e organizado por Kabengele Munanga.	A partir da Lei Federal nº 10.639/2003, para reflexão de educadores referente as reproduções racistas nas escolas e sociedade.	Novas orientações bibliográficas visando para os estudos referente a cultura afro-brasileira e africana.
Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e educadores de todo Brasil, por meio de encontros realizados entre dezembro de 2004 e junho de 2005.	A partir da Lei Federal nº 10.639/2003, para orientações de ações para se trabalhar com educação étnico-racial, foi efetuado uma construção coletiva com participação da sociedade civil, educadores e governo federal.	Demonstração de dados quantitativos apresentando os negros e indígenas como os grupos mais excluídos na primeira infância escolar.
Quilombos: Espaço de resistência de homens e mulheres negros	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, produção coordenada por Paulo Côrrea Barbosa e Schuma Schumahr	Documento com a intencionalidade de apresentar a história dos quilombos no Brasil e seus líderes.	Estímulo à condição de cidadania dos quilombolas, invisíveis aos olhos da sociedade brasileira.
Gibis Quilombos	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, produção coordenada por Paulo Côrrea Barbosa e Schuma Schumahr	Recontar a história da formação dos quilombos em quadrinhos, para abordar a temática em sala de aula.	Apresentar o quilombo como uma resistência da cultura afro-brasileira e africana em nosso país.
O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos Indígenas no Brasil de hoje	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional. Organizado por: Gersem dos Santos Luciano – Baniwa.	Coleção Educação para Todos – Série Vias dos Saberes Vol.1: Intuito em formar material para o educadores e pesquisadores acerca da diversidade, história e protagonismo do indígena na construção da história do Brasil.	Equívocos em relação aos povos indígenas por visões discriminatórias durante a constituição da sociedade brasileira.

A Presença Indígena na Formação do Brasil	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional. Organizado por: João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire.	Coleção Educação para Todos – Série Vias dos Saberes Vol.2: Intuito em formar material para o educadores e pesquisadores acerca da diversidade, história e protagonismo do indígena na construção da história do Brasil.	Divulgação de textos, relatórios e pesquisas afim de estimular discussões sobre a importância do índio na história do Brasil.
Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito a diferença	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional Organizado por Ana Valéria Araújo, Joênia Batista de Carvalho – Wapixana, Paulo Celso de Oliveira – Pankararu, Lúcia Fernanda Jófej – Kaingang, Vilmar Martins Moura Guarany e S. James Anaya.	Coleção Educação para Todos – Série Vias dos Saberes Vol.3: Intuito em formar material para o educadores e pesquisadores acerca da diversidade, história e protagonismo do indígena na construção da história do Brasil.	Implementação da Política Nacional de Promoção a Igualdade Racial na agenda nacional e a importância das políticas públicas afirmativas.
Manual de Linguística: subsídios para formação de professores indígenas na área de linguagem	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional. Organizado por: Marcus Maia.	Coleção Educação para Todos – Série Vias dos Saberes Vol.4: Intuito em formar material para o educadores e pesquisadores acerca da diversidade, história e protagonismo do indígena na construção da história do Brasil.	Contempla os objetivos indígenas para o desenvolvimento futuro.
Formação de professores indígenas: repensando trajetórias	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Projeto Trilhas de Conhecimentos – LACED/Museu Nacional. Organizado por: Luís Donisete Benzi Grupioni.	Coleção Educação para Todos –Vol.8: Intuito em formar material para o educadores e pesquisadores acerca da diversidade, história e protagonismo do indígena na construção da história do Brasil.	Educação Escolar Indígena constituída de práticas alternativas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena	Conselho Municipal de Educação/Câmara de Educação Básica. Relatora: Rita Gomes do Nascimento.	Participação ativa dos movimento indígenas nos espaços públicos.	Em 2009, durante a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena há debates acerca da relação intercultural entre os povos indígenas e o Brasil.

Fonte: as autoras.

A partir da coleta de dados apresentada acima, pudemos observar que as produções dos doze documentos partiram de ações de movimentos sociais e da sociedade civil em parceria com o Governo Federal, sendo construídos de forma coletiva. Apresentam em sua consti-

tuição a importância da cultura afro-brasileira e indígena na história brasileira, pontuando diferenças e estereótipos construídos ao longo dos anos na sociedade, consequentemente refletidos na educação escolar. Com isso, indicam metodologias de trabalho, indicações de fontes e materiais para o planejamento pedagógico.

II – Concepção educacional

Quadro II – Principais achados referentes ao item “II- Concepção Educacional” roteiro de análise documental.

DOCUMENTOS	Concepção de Educação do Documento	Concepção de Sujeito	Concepção de Estudante	Concepção de Professor	Concepção de Ensino-Aprendizagem	Observações item II
Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências	Respeito à diversidade de caminhos para educação e sociedade mais justa.	Autônomo, emancipado intelectualmente.	Desenvolvimento ao respeito e a diversidade.	Democracia, formação contínua do professor e relação de ensino-aprendizagem entre professor e aluno.	Desenvolvimento no cotidiano pelas diferentes vivências de cultura.	Formação para o desenvolvimento de atitudes, respeito e valores diferentes.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Escola como meio de transformação da sociedade	Autônomo, emancipado intelectualmente.	Formação para a cidadania e à diversidade.	Práticas educacionais com intencionalidade e de respeitar as relações étnico-raciais.	Interiorização da formação de cidadania para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.	A diversidade étnico-racial não condiz apenas aos negros, mas sim a toda sociedade brasileira.
Superando o Racismo na Escola	Entendimento por parte da sociedade brasileira referente a cultura afro-brasileira e africana.	Autônomo e crítico reflexivo.	Ampliação da contribuição do negro na formação do Brasil.	Que repense suas práticas e condutas de forma crítica e reflexiva.	Valorização das múltiplas identidades e promoção da desconstrução de paradigmas.	Reflexão acerca do papel da escola quanto a sua atual reprodução sobre racismo e qual deveria ser seu papel no combate.
Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais	Respeito a singularidade do educando, considerando questões afetivas, cognitivas e sociais.	Protagonista de sua formação, ser crítico reflexivo.	Formação do aluno para a diversidade, democracia e cidadania.	Mediadores de uma educação igualitária para a diversidade.	Democrático, valorizando identidade e história do educando.	Construção da consciência sócio histórica e da identidade.
Quilombos: Espaço de resistência de homens e mulheres negros	Apresenta a Educação Escolar Quilombola.	Resistência e sujeito de direito.	Respeito a cultura quilombola e desmistificação de conceitos equivocados.	Resgate da história dos quilombolas e seu direito por cidadania e educação.	Entendimento da cultura quilombola, tradições e saberes repassados pelas gerações.	Conhecimento da existência das diversas formas de escravidão e resistência individual/coletiva.

Gibis Quilombos	Pontos marcantes da história da população negra brasileira, informando sua realidade e sua origem.	Patriotismo e protagonista das ações de resistência.	Valorização da autoestima do estudante ao resgatar sua cultura e história.	Responsável pela tomada de consciência na formação democrática.	Estimular o sentimento de pertencimento negro na sociedade.	Respeito às tradições e costumes afro-brasileiros e africanos.
O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos Indígenas no Brasil de hoje	Atribuições de projetos educacionais, apresentando as características e dificuldades dos povos indígenas.	Entendimento das características dos povos indígenas.	Compreensão de cidadania e conhecimento dos seus direitos e deveres.	Valorização do indígena a partir de movimentos de resistência combatendo a discriminação.	Conhecimento construído coletivamente, restauração das memórias históricas, reafirmação de suas identidades.	Proporciona a possibilidade da reconquista da vida em comunidade.
A Presença Indígena na Formação do Brasil	Revisar documentos inadequados descritos de formas preconceituosas sobre o papel do índio no Brasil.	Emancipado intelectualmente, interventor social e crítico reflexivo.	Documento elaborado para estudantes indígenas ingressantes no Ensino Superior, promovendo a elaboração de pesquisas para uma nova visão do índio.	Democrático, promove equidade em sua prática, compreende a importância do protagonismo indígena.	Fornece subsídios no processo de ensino-aprendizagem para o fortalecimento do estudante indígena no espaço acadêmico.	Uma nova leitura do indígena como ser participativo da educação.
Povos Indígenas e a Lei dos "Branços": o direito a diferença	Apresentar diversas culturas existentes no Brasil que tiveram sua identidade negada.	Protagonista, crítico reflexivo, sujeito de direito.	Voltado para estudantes indígenas relatando suas visões e de seus povos.	Desafiar os educadores a um novo olhar e diferentes formas de atuação para abordar as diversas culturas indígenas.	Contribuição dos advogados indígenas na amplitude da complexidade jurídica.	Este documento reúne a participação de advogados indígenas com objetivo de relatar temas jurídicos.
Manual de Linguística: subsídios para formação de professores indígenas na área de linguagem	Trabalhar o conceito de linguagem valorizando a língua materna local.	Percepção dos seus direitos e deveres como indígenas e cidadãos brasileiros.	Respeita as diversidades linguísticas.	Compreende o contexto histórico-social do estudante e as diferenças culturais dos povos indígenas.	Democratização da cultura indígena, prioridade de ensino da língua materna local do estudante.	Formação dos professores para atuação nas escolas indígenas.
Formação de professores indígenas: repensando trajetórias	Tradição oral de ensino.	Exerce plenamente sua cidadania indígena e brasileira, enaltecendo suas raízes culturais.	Preparados para lidar com os problemas da sociedade, sem perder a essência de sua identidade.	Adaptação de conteúdos, integrando o currículo escolar com a cultura local.	A relação entre ensino e aprendizagem não se restringe apenas a escola, mas na formação diária durante a vida.	É necessário a compreensão da heterogeneidade de tribos e indígenas, a educação intercultural deve ser algo inserido na educação escolar.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena	Participação ativa de indígenas em questões educacionais e a construção de uma educação igualitária e justa, com defesa e direito dos indígenas.	Conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.	Uma relação com os conhecimentos, valores e história do seu povo, reafirmando a identidade étnica.	Compreender e garantir questões de ensino referente cultura e língua local do educando.	Participação da comunidade, educadores e sábios na construção dos conhecimentos.	Formação de professores da própria tribo com intuito de valorizar a cultura local.
--	--	--	--	---	--	--

Fonte: as autoras.

A concepção de Educação referenciada nos doze documentos apresenta uma proposta pedagógica que busca aproximar os educadores e educandos do contexto histórico, político e social referente o negro e o índio, possibilitando uma relação ensino-aprendizagem não apenas para escola, mas para vida e para a convivência mais igualitária em sociedade.

Proporcionar o contato com a diversas culturas, expressões e formas de linguagem contribuí para que o educando desenvolva o senso crítico, respeito às diferenças, valorizando as identidades do povo brasileiro, criando assim um sentimento de pertencimento aqueles que se identificam com essas origens.

III – Forma de proposição de trabalho com a diversidade étnico-racial e indígena

Quadro III – Principais achados referentes ao item “III – Formação de Preposição de Trabalho com a Diversidade Étnico-Racial e Indígena”. Roteiro de análise documental.

DOCUMENTOS	Estrutura do Documento	Prescrições ou Orientação Educativas	Observações item III	Observações Gerais
Diversidade na Educação: Reflexões e Experiências	15 capítulos sobre o tema.	Orientação com contexto histórico para a compreensão do tema.	Trajetória dos negros e indígenas na cultura brasileira. Dificuldade com alguns termos.	Formação continua.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Organização em 4 partes: relatório com reivindicações do movimento negro, questões introdutórias sobre a temática, educação das relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e africana.	Prescreve orientações e informações para trabalhar a temática em sala de aula por meio de projetos que valorizem a diversidade étnico-racial.	Valorização da cultura afro-brasileira e africana e sua significância para a história brasileira.	Propõe referências para ações voltas a temática da diversidade afro-brasileira e africana.
Superando o Racismo na Escola	11 capítulos, cada um produzido por um autor.	Sugestões e informações de práticas pedagógicas sobre a contribuição da cultura negra na sociedade brasileira.	Necessário entendimento da importância em se trabalhar essa temática para diminuição do racismo na sociedade.	Busca do ressarcimento por meio da valorização das etnias prejudicadas historicamente.
Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais	Estruturado em 12 partes referente aos segmentos educacionais.	Prescreve atividades para serem trabalhadas nos segmentos da educação básica, EJA, quilombola e licenciaturas	Apoia projetos didáticos e a participação ativa dos estudantes.	Orientador essencial para os educadores para se trabalhar com a diversidade étnico-racial.

Quilombos: Espaço de resistência de homens e mulheres negros	Documento composto pelas histórias dos quilombolas, a diversidade étnico-racial e a desigualdade.	Orientações sobre o conceito de educação escolar quilombola.	Assegurar aos educandos uma escola com sua identidade e construção histórica.	Compreensão dos espaços quilombolas e sua resistência na atualidade.
Gibis Quilombos	História estruturada em quadrinhos que contém 30 páginas.	Auxilia no processo de letramento dos educandos e na formação da identidade quilombola.	Unificar os saberes historicamente construídos com o currículo escolar.	Importância em elaborar materiais didáticos que contribuam para a compreensão do educando acerca das diversidades étnico-raciais,
O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos Indígenas no Brasil de hoje	Organizado em 8 capítulos, contemplando a diversidade e história indígena.	Orientações acerca do cenário atual indígena e da quebra de paradigmas da forma que a sociedade enxerga o índio.	Desafios para a uma educação escolar indígena, reconquista de direitos sobre a vida de suas comunidades.	O atual cenário aponta que os professores indígenas estão concluindo a formação superior.
A Presença Indígena na Formação do Brasil	Estruturado em 4 partes.	Tem o intuito de preparar os estudantes nas produções de pesquisas acadêmicas voltadas as temáticas indígenas.	Colocar a visão e experiência do indígena na construção de materiais didáticos.	Renovação de conhecimentos referente a diversidade existente no Brasil.
Povos Indígenas e a Lei dos "Branços": o direito a diferença	Estruturado em 3 partes, busca ampliar o debate acerca dos direitos indígenas no Brasil.	Proporciona o conhecimento da realidade dos indígenas brasileiros.	Reflexões e sugestões flexíveis para entendimento da realidade indígena.	Apresentar contribuições dos povos indígenas na formação territorial e política no Brasil.
Manual de Linguística: subsídios para formação de professores indígenas na área de linguagem	Estruturado em 6 capítulos, que retratam o contexto-histórico de linguagem.	Levanta conhecimentos locais da comunidade e dos educandos para elaboração dos conteúdos escolares.	Foca no domínio da língua oral e escrita, tanto na língua materna indígena quanto a língua portuguesa.	Completa a diversidade linguística de cada tribo, formando educadores principalmente nos cursos de licenciatura intercultural.
Formação de professores indígenas: repensando trajetórias	Constituído por 13 capítulos, que atentam um novo olhar sobre a diversidade indígena.	Exercem um papel orientador aos educadores que acreditam na escola indígena como modo de autonomia na construção de propostas e práticas pedagógicas.	É necessário uma formação por parte de professores indígenas, que resgatem suas origens para o prevailecimento de sua cultura.	Incentivar os indígenas a buscar uma formação educacional para dar continuidade na trajetória de resistência e resgate dos seus direitos.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena	Constituído pelos objetivos, princípios e organização da educação escolar indígena.	Projetos didáticos que enalteilam e reafirmem as culturas indígenas.	A partir da Constituição em 1988, fica garantido pela União a proteção, respeito e promoção da cultura indígena.	Desafios por parte dos educadores em relacionar a base nacional comum curricular com a cultura local indígena.

Fonte: as autoras

Verificamos nos quadros acima que abordam formas de se trabalhar o tema da diversidade na escola básica, ressaltando intervenções que demonstrem o respeito e a valorização das diversas culturas e etnias.

Os documentos analisados rompem com a tradição de estudar somente as referências eurocêntricas apresentando as tradições africanas e de cultura indígena para serem incluídas as matrizes curriculares, buscando o entendimento do contexto histórico, político e social com um intuito de urgência nacional.

De maneira geral, os documentos dão grande visibilidade à produção do material existente sobre os temas e elabora orientações e ações para o desenvolvimento desses temas na educação básica, colaborando para a definição de uma Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e da cidadania dos povos indígenas.

No processo de debates e de formulação da Lei Federal nº 10.639/2003 até sua alteração pela Lei Federal nº 11.645/2008, ocorreram diversos encontros e movimentos por parte da sociedade, educadores, pesquisadores e o Ministério de Educação para a promoção do trabalho com a diversidade étnico-racial e indígena, tendo inclusive uma Secretaria Especial nessa área - a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) - com interfaces em diferentes Ministérios (com sede e sustentação no Ministério da Educação).

A escola em geral - e em especial, a escola pública - objetiva proporcionar um espaço democrático que promova uma educação igualitária, que saiba lidar com as diferenças e a diversidade existente no âmbito escolar, que nada mais é que um reflexo de nossa sociedade atual.

Como forma de construção do sentimento de pertencimento, a partir da vivência dos educandos fora do âmbito escolar é necessário desenvolver a compreensão da conjuntura histórico-social do Brasil, a fim de entender que dois grupos étnico-raciais sofreram forte exclusão social no processo histórico e que existe uma relação de forças que caracteriza de forma negativa a realidade e a cultura dessas culturas, sem preconceitos, de modo a colaborar com a construção de uma sociedade não violenta que saiba conviver com as diferenças culturais. Ressaltamos por meio dessa pesquisa a necessidade e o desafio de promover aos brasileiros o conhecimento de sua origem e da cultura que nos alicerça.

Compreendemos que esta realidade do contexto da formação do aluno como cidadão ativo torna-se imprescindível para uma educação para a democracia, a universalização dos conhecimentos e da compreensão da diversidade. Assim como referenciamos anteriormente, Benevides (1994) afirma que a educação democrática se difere da educação para a democracia, pois

[...] da simples instrução cívica, que consiste, por exemplo no ensino da organização do Estado e dos deveres do cidadão, bem como difere da formação política geral que visa facilitar aos indivíduos a informação política, qualquer que seja o regime vigente. (BENEVIDES, 1994. p.228)

A escola ao desenvolver seu papel para a construção do estudante como cidadão de direitos e deveres, consiste na compreensão da forma como o país se estruturou social, cultural e economicamente

A partir dos documentos analisados verificou-se que a concepção de educação é abordada de forma que a escola é vista como meio de transformação social, pois promove o respeito à diversidade por meio do entendimento de fatos marcantes da história da população negra e a contribuição dos povos indígenas na formação do país.

De acordo com Munanga e Gomes (2006, p.11): “aprender a conhecer sobre o Brasil e sobre o povo brasileiro é aprender a conhecer a história e a cultura de vários povos (...)”. O Brasil é um país que pode ser definido como um local de encontro de diversas culturas, caracterizado por grandes riquezas naturais e culturais.

Os documentos possuem a proposta de orientar, sugerir, informar de forma teórica e prática para desenvolver o trabalho com a diversidade étnico-racial e indígena em sala de aula. Todos os documentos abordam a valorização da diversidade étnico-racial e indígena por meio da contextualização do processo histórico do povo indígena e da cultura negra, auxiliando a elaboração de planos e o processo de ensino-aprendizagem enriquecido com novas referências.

Salientamos que o intuito da proposta dos documentos analisados é o de promover o protagonismo dos estudantes como olhar crítico-reflexivo perante sua autonomia de identificar a necessidade de reparação social, por meio da valorização das etnias que foram subalternizadas historicamente.

Nós brasileiros, temos a necessidade de conhecer nossa origem e história, para a compreensão da trajetória e o que isso acarretou para o contexto atual. A educação contribui para a reflexão sobre o passado, a análise do presente, criando expectativas para o futuro, o que representa grande desafio para os educadores. Muitas áreas e disciplinas tomam o passado como objeto de estudos e análises, sem consequências para o presente e o futuro, esvaziando assim de sentido a própria História.

Assegurar aos educandos o direito a sua identidade a partir de um olhar histórico-social, com a unificação dos saberes para a compreensão das diversidades existentes em nossa sociedade pode contribuir para quebra de paradigmas e a ruptura de manifestações preconceituosas, consequências de um contexto histórico, como a ideologia do branqueamento que consiste na desvalorização das raízes culturais africanas, afro-brasileiras e indígenas (MUNANGA, 2005). O professor, em sua formação, precisaria ter conhecimento e ser sensibilizado para esse tema como profissional e como sujeito histórico e a importância dessas temáticas serem trabalhadas no âmbito escolar, pois estas intervêm na realidade social.

Como futuras pedagogas, a leitura e a análise desses documentos, ampliou nosso olhar acerca das diversidades étnico-raciais e indígenas, compreendendo a relevância em desenvolvê-las nas práticas educacionais, considerando a importância social inserida nesses documentos, não apenas para ações educativas, mas também para a formação de cidadania dos educandos que serão agentes transformadores na sociedade que objetivamos construir: justa, igualitária e com respeito às diversidades.

Educar para a diversidade existente na sociedade é o caminho para a formação de sujeitos capazes de conviver com o “diferente”, gerando assim menos conflitos e menos violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa podemos afirmar que a cada momento que nos aprofundávamos para desvendar nossas indagações pudemos sentir um tilintar na alma de que o povo indígena e a cultura negra necessitam de compreensão e de reconhecimento, por nós brasileiros, luso-brasileiros.

Salientamos neste trabalho a importância da cultura, sabedoria, luta e resistência dos grupos que ao longo da história do Brasil, foram discriminados e suas identidades inferiorizadas.

Apontamos que o estudo da diversidade étnico-racial promove ensinamentos em relação à origem da nossa formação como nação, o respeito às diferenças existentes na sociedade e a admiração aos antepassados que contribuíram na constituição de nossa cultura.

Desejamos uma Educação que amplie os conhecimentos sobre esses temas, de modo que contribua para a ruptura com preconceitos e manifestações discriminatórias, pois a história do Brasil possui atores que contribuíram para sua formação e que é de interesse de todos, pela consciência da sua origem.

A Lei Federal nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 e que modificou a Lei Federal nº 10.639/2003, com a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” promoveram amplos debates e serviram para definir Políticas Educacionais e novas referências foram incorporadas ao cotidiano das escolas de educação básica, com o objetivo de desenvolver o conhecimento sobre o contexto histórico da diversidade étnico-racial brasileira. Os documentos orientadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação tiveram papel fundamental nesse cenário.

A trajetória entre os anos 2003 e 2008, foi decisiva em nosso país para os temas sociais e educacionais, com o intuito de estabelecer diretrizes e orientações para as escolas de educação básica sobre como desenvolver o trabalho com as diversidades, perdurando essa temática não apenas no período mencionado acima, mas até os dias atuais.

Os doze documentos analisados fizeram parte de uma possibilidade de transformação histórica, apresentando concepções educacionais voltadas para a coletividade e a formação de cidadãos ativos, em direitos e deveres, conscientes de sua história e identidades. Ressaltamos a forma de produção desses documentos, feitos em parceria entre o governo federal e as representações dos movimentos sociais organizados (tanto dos negros, como dos indígenas), o que coloca uma cunha, um diferencial, na forma como as Políticas Sociais vinham sendo construídas no Brasil.

Sabemos dos limites das leis e das normas. Por si só elas não mudam a escola e nem os sujeitos que as fazem no seu cotidiano. Para que tais documentos cheguem e se concretizem no dia-a-dia das escolas é necessário um forte e enriquecido programa de formação de professores que alcance os sujeitos que são os professores, de modo a levá-los à reflexão sobre conceitos, preconceitos e novas atitudes educacionais, para além do conhecimento histórico e contextual de produção das políticas afirmativas.

Ponderamos, entretanto, sobre a importância histórica dos documentos analisados – de chegarem até as mãos dos professores e gestores escolares na educação básica – sobretudo de serem trabalhados nos cursos de Licenciatura e nas ações de Formação Contínua de professores, para que, por meio do processo de ampliação cultural e de conscientização dos educadores sobre as raízes da sociedade e da diversidade que caracteriza o povo brasileiro, juntamente com as demais ações sociais, seja possível construir uma sociedade sem preconceitos e discriminações de qualquer ordem, de sujeitos formados para uma convivência humanista e humanizadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer 003/2004*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 4, de 13 jul 2010*. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>.

php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 5, de 22 jun 2012*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, 2013. p.280. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 17 jun 2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Outubro, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. *Lei Federal nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 04 set. 2017.

_____. *Lei Federal nº 11.645/2008, de 10 de Março de 2008*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 04 set. 2017.

_____. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação, SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Coleção Educação para Todos: História da Educação do Negro e outras histórias*. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. *Coleção Educação para Todos: Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001430.pdf>. Acesso: 02 out. 2017.

_____. *Coleção Educação para Todos: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Série Vias do Saberes nº 1. Organização: Gersem dos Santos Luciano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/ColET12_Vias01WEB.pdf. Acesso: 02 out. 2017.

_____. *Coleção Educação para Todos: A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Série Vias do Saberes nº 2. Organização: João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154566por.pdf>. Acesso: 02 out. 2017.

_____. *Coleção Educação para Todos: Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença*. Série Vias do Saberes nº 3. Organização: Ana Valéria Araújo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=644-vol14povos-indigenas-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso: 02 out. 2017.

_____. *Coleção Educação para Todos: Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. Organização: Marcus Maia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=646-vol15vias04web-pdf&Itemid=30192. Acesso: 02 out. 2017.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena*. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/rcn-para-escolas-indigenas>; Acesso em 18 jan. 2018.
- BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, dez. 1996 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n38/a11n38.pdf>.
- CELLARD, André. Análise Documental. In: POUPART, Jean. *Pesquisa Qualitativa: Questões Epistemológicas*. 22. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010, p. 295-315.
- DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Espaço Aberto*, nº 29, maio-ago, pg. 164-176, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13.pdf>; Acesso em 10 fev. 2018.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160
- MUNANGA, Kabengêlê; GOMES, Nilma Lino (orgs). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006. Coleção para Entender.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. (Unilab). *Projeto Pedagógico*. Disponível em: www.unilab.edu.br/. Acesso em 18 fev. 2018.
- VALOR ECONÔMICO. IBGE: *Acesso de negros à universidade cresce; maioria ainda é branca*, 04/12/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4342534/ibge-acesso-de-negros-universidade-cresce-maioria-ainda-e-branca>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ANEXO 1

PESQUISA: UM OLHAR SOBRE A LEI FEDERAL Nº 11.645/2008: ANTECEDENTES, CONCEPÇÕES E EVOLUÇÃO

DOCUMENTO: _____

I – Identificação, contexto político e social de produção do documento:

1.1. Autor(es)/ Contexto/ autenticidade do texto:

1.2. Contexto político e social de produção do documento:

Observações item I:

II – Concepção educacional:

2.1. Qual a concepção de educação do documento?

2.1. Quais as concepções de sujeito, estudante, professor e ensino-aprendizagem do documento?

Observações item II:

III – Forma de proposição de trabalho com a diversidade étnico-racial e indígena:

3.1. Como o documento está estruturado?

3.2. O documento prescreve atividades ou desenvolve orientações para a criação de ações educativas, com base na realidade da escola e dos estudantes?

Observações item III:

IV – Observações gerais sobre o documento:

Data da análise: _____

Nome do(a) analisador(a): _____

ABSTRACT

The research, which resulted from a Qualitative Baseline Course (TCC) on Pedagogy (2017), aimed to understand the evolution of Federal Law 11.645 /2008, which deals with racial and ethnic diversity and sought to identify the antecedents and the political context of its production by analyzing the guiding documents for working with such subjects in Brazilian basic education schools - in the sense of understanding the conceptions that support the aforementioned law. With bibliographical research and documentary analysis, it was sought to understand the historical context and structure of twelve guiding documents of the Ministry of Education (MEC) to work with ethnic-racial and indigenous diversity in basic education as a process that contributes to knowledge of Brazilian cultural roots and the possibilities of social transformation.

KEY-WORDS

Federal Law nº 11.645/2008. Ethnic Racial Diversity. Indian and Afro-Brazilian History and Culture